



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

Renan de Paiva Ferreira Pinto

**Desenvolvimento e Distribuição de
Renda da Economia Brasileira: o
Debate Furtado, Conceição e
Serra.**

Campinas
2013

Renan de Paiva Ferreira Pinto

Desenvolvimento e Distribuição de Renda da Economia Brasileira: o Debate Furtado, Conceição e Serra.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Graduação do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, sob orientação do Prof. Dr. Plínio de Arruda Sampaio Jr.

Campinas
2013

Campinas
2013

FERREIRA PINTO, R. P. **Desenvolvimento e Distribuição de Renda da Economia Brasileira: o Debate Furtado, Conceição e Serra. 2013.** 38 folhas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

RESUMO

Celso Furtado dedicou grande parte de sua obra ao estudo do desenvolvimento e do modelo brasileiro. Nesse sentido, Furtado diferencia-se pelo papel que ele atribui às transformações sociais na formulação de um plano desenvolvimentista. A partir desse plano, podemos articular desenvolvimento com as mais variadas questões econômicas como industrialização, progresso técnico e, principalmente, distribuição de renda. Ao estabelecer essas relações perante o processo produtivo, conseguimos obter a visão de Furtado de subdesenvolvimento e sua teoria de tendência à estagnação. Maria da Conceição Tavares e José Serra fizeram uma crítica a ideia de tendência à estagnação de Furtado. Nesse sentido, seus argumentos sustentam que a economia brasileira na verdade passava por um processo de reversão cíclica causada pela queda do nível do investimento. O debate que propomos gira em torno do papel da distribuição de renda no condicionamento do crescimento econômico da economia nacional.

Palavras-Chaves: Desenvolvimento, Renda, Industrialização.

ABSTRACT

Celso Furtado dedicated much of his work to study development and the Brazilian model. In this sense, Furtado stands out by the role he assigned to the social transformations in the formulation of a developmental plan. From this plan, it is possible to combine development with different economic issues such as industrialization, technical progress and especially income distribution. By establishing relationships among these variables and the production process, we can understand Furtado's view about underdevelopment and his theory of tendency to stagnation. Maria da Conceição Tavares and José Serra had criticized his idea of tendency to stagnation. In this sense, they affirmed that Brazilian economy went through a process of cyclical reversion caused by the collapse of the investment level. The debate proposed on this paper revolves around the role of income distribution in conditioning the economic growth of the national economy.

Keywords: Development, Income, Industrialization

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. A CRISE DOS ANOS 60.....	4
2. DESENVOLVIMENTO EM FURTADO.....	8
3. DESENVOLVIMENTO EM CONCEIÇÃO E SERRA	14
4. O DEBATE FURTADO, CONCEIÇÃO E SERRA	20
5. CONCLUSÃO	29
REFERÊNCIAS	32

INTRODUÇÃO

A CEPAL exerceu um papel único no estudo do formato peculiar de desenvolvimento das economias subdesenvolvidas da América Latina. Uma grande contribuição nesse sentido foi à formulação do modelo de substituição de importações que explicou a industrialização após a crise de 1929. Com o aprofundamento e esgotamento desse modelo tornou-se necessário dar o próximo passo no estudo do processo de industrialização. Era o momento de internalizar esse processo com a formação das indústrias de base. Porém o que se observou é que mesmo com o relativo progresso da tentativa de internalização da indústria brasileira na década de 50, principalmente com o Plano de Metas, esta tentativa mostrou-se não só incipiente, como passou a dar claros sinais de declínio e crise no início dos anos 60.

Apesar da clara ênfase histórica, o debate que se deu sobre a crise da década de 1960 no Brasil foi a formação de um novo pensamento econômico. O que estava em jogo era a superação ou persistência da condição de subdesenvolvimento do país. Celso Furtado viu, a partir de uma ótica estrutural, a crise como o sinal de que o país necessitava de transformações profundas nas quais se modificassem o comportamento da elite e do Estado principalmente visando alterar os padrões de consumo e o modo de assimilação do progresso técnico e, simultaneamente, sanando os problemas de excedente estrutural de mão de obra e, principalmente, concentração de renda. Sem esse tipo de ação, Furtado visualizou a perda de dinamismo da crise como uma clara tendência à estagnação da economia brasileira. Entretanto, Maria da Conceição Tavares e José Serra se utilizaram de uma ótica com clara ênfase na conjuntura econômica, para diagnosticar a crise como um momento do ciclo sem relação nenhuma com uma possível perda de dinamismo no período posterior. O declínio era um sinal dos problemas de financiamento do investimento e de perfil de demanda que o país vinha passando. A crise era uma transição para um novo padrão de desenvolvimento.

No presente trabalho, a base histórica é imprescindível, pois delimita o contexto em que ocorreram as transformações na economia e qual o cenário em que se desenvolveu o processo de industrialização. Além disso, uma análise da perspectiva histórica torna possível delimitar as bases sociais que sustentaram esse processo. Por isso, iniciamos efetuando uma

breve caracterização do sistema econômico brasileiro no início dos anos 60. Para tal tarefa utilizamos a contextualização histórica presente nos livros “Formação Econômica do Brasil”, “Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina” e “Análise do Modelo Brasileiro” de Celso Furtado, “Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil” de Maria da Conceição Tavares e o artigo “Além da Estagnação” de Maria da Conceição Tavares e José Serra. Além de expor sinteticamente as características da crise do início dos anos 60, observamos a dualidade das interpretações dos autores estudados.

As visões de desenvolvimento, além da sua diversidade, demonstram caminhos que levam a resultados muitas vezes opostos. Especificar qual precisamente será a definição de desenvolvimento adotada torna-se estritamente necessário para fornecer as bases para atingirmos o objetivo proposto. Por isso, trazemos a sistematização da visão de desenvolvimento de Furtado, principalmente através do seu livro “Pequena Introdução ao Desenvolvimento”. Tendo efetuado uma definição precisa do conceito, nos voltamos para o estudo teórico da relação entre desenvolvimento e renda. Para isso, entendemos como ocorre o comportamento dos níveis, concentração e distribuição de renda durante as etapas do processo desenvolvimentista. Então estabelecemos como se dão as relações técnicas do processo produtivo e a ideia de tendência à estagnação. A base para tal desafio foi uma análise do livro “Pequena Introdução ao Desenvolvimento”, e adicionalmente utilizamos o capítulo “Tendência a Estagnação” do livro “Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico” também de Celso Furtado. Formulamos a visão técnica da teoria da tendência à estagnação, na qual mostramos como se dá a assimilação de progresso técnico e a transferência de mão de obra nos setores produtivos. Assim, podemos começar a entender a problemática do excedente de mão de obra da economia brasileira e como ela se relaciona com a distribuição de renda e os problemas de demanda. Voltamos então, para a análise específica do caso brasileiro. Utilizando como base o livro “Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina” de Celso Furtado, executamos a análise da questão do subdesenvolvimento na economia nacional. Esse livro tornou possível estudar Furtado aplicando suas teorias de subdesenvolvimento e estagnação ao caso brasileiro diretamente. A partir desse ponto, começamos a observar o subdesenvolvimento como forma *sui generis* de capitalismo.

Estabelecemos então o contraponto direto ao modelo desenvolvido por Furtado ao sistematizarmos a visão de desenvolvimento de Maria da Conceição Tavares e José Serra. Para

tal, estabelecemos os aspectos teóricos da teoria da demanda efetiva, que serve de alicerce para a visão desses autores através do texto "Demanda efetiva e dinâmica em Kalecki" de Mário Luiz Possas e Paulo Baltar. Na sequência, utilizamos o artigo "Além da Estagnação" de Maria da Conceição Tavares e José Serra, a fim de obter uma nova visão para a crise que o país sofria nos anos de 1960 e que era o pano de fundo para o debate que ocorria. Com esses autores, o investimento torna-se o elemento chave na discussão do dinamismo econômico.

A partir da observação do que foi produzido ao longo do trabalho e com o aprofundamento do estudo promovemos a sistematização do debate em si, e assim, trouxemos as conclusões observadas, sintetizando a forma de pensamento de cada um dos autores e testando suas limitações a fim de acrescentar uma contribuição ao estudo do desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, um dos principais propósitos que assumimos é analisar a distribuição de renda na crise dos anos 60. Para Furtado, a distribuição de renda é determinante dentro de um ciclo de causação circular que leva o país a estruturas subdesenvolvidas. Uma elevada concentração de renda é causa e efeito de outras deficiências que impossibilitam a economia de caminhar em um plano de desenvolvimento. Para ele, estudar a relação entre o desenvolvimento das forças produtivas e a distribuição dos frutos do progresso possibilita-nos identificar se a sociedade está de fato, criando as bases de um projeto realmente desenvolvimentista. Assim, Furtado acredita que os problemas estruturais, principalmente a concentração de renda, levariam em algum momento a um cenário de estagnação econômica das economias subdesenvolvidas.

Conceição & Serra, entretanto, acreditam que o modelo brasileiro apresenta fontes internas que conseguem promover sua expansão, mesmo que o custo social seja exorbitante. A partir de uma análise cíclica da economia, tais autores creditam a distribuição de renda um papel secundário, delegando ao investimento e ao consumo os papéis centrais na determinação da dinâmica capitalista.

O objetivo do trabalho, então, é sistematizar os argumentos que sustentam as duas visões sobre a crise da economia brasileira dos anos 60. Após o milagre econômico observado nos anos 1970 acreditava-se que esse debate estava encerrado e a estagnação econômica era um fantasma que não pertencia à realidade nacional. Os anos 1980 e 1990, porém, mostraram-se como anos de estagnação econômica. A partir daí, tornou-se importante reconsiderar tal debate a luz das teorias contemporâneas de desenvolvimento.

A CRISE DOS ANOS 60

“No início dos anos 60, o Brasil transformara-se em um país industrializado, ainda que permanecesse notoriamente subdesenvolvido.” Celso Furtado

Adotando a tradicional periodização proposta pela CEPAL podemos notar que o processo de industrialização brasileiro teve um período inicial pautado pelo crescimento para fora que vai até 1929, no qual, à medida que o país buscava complementar o mercado internacional, para assim participar ativamente do mesmo, sua industrialização era induzida pelo crescimento das exportações dentro de um modelo ainda incipiente e atrelado a demanda externa. A partir da crise de 29, o crescimento volta-se para dentro, surgindo o modelo de “substituições de importações”. Esse deslocamento do centro dinâmico da economia foi resultado da forma como a política econômica respondeu a brutal contração da demanda externa que ocorre no período. Nas palavras de Furtado “a política de defesa do setor cafeeiro nos anos da grande depressão concretiza-se num verdadeiro programa de fomento da renda nacional” (FURTADO, 1971, p. 192). Os produtores de café veem na indústria uma possibilidade de inversão de capital mais vantajosa do que no setor agrário-exportador, pois o financiamento da compra de café pelo estado para queima do produto mantém a renda dos produtores e leva a desvalorização cambial. Esse primeiro momento da industrialização por substituição de importações foi caracterizado dentro da periodização proposta como extensiva já que visava principalmente à satisfação das exigências da demanda interna crescente com a produção voltada para a produção essencialmente de bens de consumo.

Como vemos em Furtado (1972) com o cenário externo desfavorável desde 1929, à oligarquia cafeeira que antes detinha o poder de forma absoluta é deslocada parcialmente dele com a crise do setor cafeeiro e revigora-se o poder central. O estado utiliza-se de políticas cambiais e fiscais para promover a formação de capital e aumentar os investimentos. Os preços relativos passam a privilegiar a importação de equipamentos e insumos industriais e restringem-se as importações de bens de consumo finais, assim aprofunda-se o processo de substituições de importações. É utilizada grande massa de recursos provenientes da poupança de pessoas físicas para o financiamento industrial.

É o momento em que o país utilizando-se dos recursos gerados, de certa capacidade ociosa presente no setor industrial e oferta de equipamentos de segunda mão do exterior inicia a formação das indústrias de bens de capital e expansão das indústrias de bens de consumo duráveis. É então que temos o segundo momento do processo de industrialização por substituição de importações que é caracterizado como intensivo, já que é quando se instala a indústria de bens de capital.

Na década de 1950, as indústrias tradicionais se voltam para o mercado interno em expansão e buscam atender a demanda crescente. Para isso, promovem um aumento nas escalas de produção e mudanças das tecnologias envolvidas no processo. A Guerra da Coreia, juntamente com a recuperação internacional do preço do café, levou a melhora substancial nos termos de intercâmbio que culminou no aumento das importações de equipamento e de outros insumos em geral. As grandes e médias empresas começaram a se sobressair, enquanto as empresas semi-artesaniais são levadas ao desaparecimento. Iniciava-se o processo de oligopolização, que ajuda a manter o processo de acumulação do setor industrial em um nível elevado.

Além da acentuação dos processos de acumulação, a industrialização buscou financiamento com ajuda do Estado. O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDES) passou a destinar recursos obtidos a partir do Imposto de Renda de pessoas físicas à grande indústria. A indústria utilizou-se da inflação para o seu financiamento, transformando os recursos captados junto ao BNDES em doações de capital e utilizando-se do processo de capitalização passou a ter acesso a linhas de crédito negativo, alimentadas pelos redescontos, que só existiam por causa do próprio processo inflacionário. Como observou Tavares, ocorreu a formação de “um oligopólio diferenciado, articulado horizontalmente e verticalmente, que dá lugar a uma estrutura industrial, em estrela, em que cada empresa tem um cordão de pequenas e médias, tanto fornecedoras quanto distribuidoras.” (TAVARES, 1986, p.123).

Diante de um complexo industrial em vias de integração o que explicaria a crise dos anos 60 e principalmente o declínio da produção industrial observado entre os anos de 1961 e 1967? Das divergências nas interpretações que surge o debate entre Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares e José Serra.

Furtado tinha uma visão que a crise era essencialmente estrutural. Para o autor, a economia brasileira estaria trilhando um caminho de tendência a estagnação, já que estava

seguindo os padrões, principalmente de consumo, das economias desenvolvidas o que seria incompatível com a planta industrial nacional. Além disso, a realidade social e histórica trazia o problema do excedente estrutural de mão de obra da economia e o que para ele era a grande questão estrutural do país: a concentração de renda.

A concentração de renda era tão intrínseca ao modelo brasileiro que se encontrava no centro de um ciclo vicioso de causação circular entre vários outros problemas como demanda descontínua, mercado interno estreito, excedente estrutural de mão de obra, falta de um centro de decisão justo e eficiente e disparidades regionais. Ela ocorria devido a problemas entre produtividade e demanda do fator mão de obra os quais derivavam da estratificação social vigente, desigual divisão do excedente e falta de orientação do progresso técnico.

O declínio observado no ritmo do crescimento e na eficiência do investimento persistiria ao longo do tempo segundo diagnóstico do autor, reforçado pelo mercado interno incipiente e a estrutura produtiva altamente concentradora. Para recuperar o crescimento e a geração de emprego dever-se-ia aumentar a intensidade de crescimento das indústrias de bens de capital, principalmente a de equipamentos, de modo que ocorresse uma extensa modificação estrutural na economia brasileira e pudesse se concretizar o formato de crescimento para dentro.

Conceição e Serra por sua vez acreditavam que essa crise dos anos 1960 era uma crise de baixa do ciclo de investimento e esbarrava principalmente na ampla necessidade de financiamento em relação ao perfil da demanda que tinha se formado durante o processo de industrialização. A escala de investimento experimentada no período anterior era incompatível com o baixo nível da demanda corrente. Com essa perda de dinamismo e o esgotamento do pacote de investimento do Plano de Metas, a economia brasileira viu um elevado aumento da capacidade ociosa.

Como ressalta Tavares (1986) esse aumento da capacidade ociosa levava a “uma diminuição do ritmo de investimento e da demanda intersetorial dos novos setores, o efeito desacelerador propaga-se em cadeia, diminuindo o ritmo de atividade e o número de pequenas empresas.” (TAVARES, 1986, p.123). Para os autores, os efeitos desaceleradores que se apresentaram nessa segunda metade da década de 50 dentro do ciclo de industrialização eram inevitáveis, assim, mesmo se mantido a mesma taxa de investimento autônomo do governo, a qual veio a decair no período, eles se aprofundariam na década de 60.

Porém, mesmo com a acentuação da desaceleração da economia, para Conceição & Serra esse momento seria apenas uma fase do ciclo de industrialização, e não uma perda de dinamismo realmente limitante que levaria sequer próximo a uma estagnação, como dizia Furtado. Para os autores a crise era, em última análise, um marco de transição para um novo padrão de desenvolvimento.

Assim, a crise que a economia brasileira enfrentou nos anos 60, além de ser a primeira crise da fase intensiva do processo de substituição de importações, é um sinal de que tal modelo estava em vias de esgotamento. Mais do que isso ainda, ela proporcionou uma reviravolta ao debate tradicional cepalino que acreditava que esse modelo de industrialização realmente levaria os países subdesenvolvidos a alcançarem o desenvolvimento. Assim, em sua essência, o debate que se deu entre Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares e José Serra vêm assumir esse papel fundamental na lacuna que surge na necessária discussão das capacidades do desenvolvimento nacional.

DESENVOLVIMENTO EM FURTADO

Celso Furtado apresentou uma visão diferenciada do desenvolvimento em relação às visões que formularam o tradicional modelo de substituição de importações cepalino. Para ele, o desenvolvimento não envolve apenas a penetração do progresso técnico na modificação do processo produtivo e a consequente ampliação da capacidade produtiva, envolve também o modo como se dá a apropriação e a utilização do excedente dentro de uma determinada estratificação social. O autor acredita em uma relação entre meios e fins, no qual o progresso técnico seria o meio e a equidade social seria o fim último do desenvolvimento.

O progresso técnico transforma o processo produtivo de modo que a reprodução da sociedade se realize sob um patamar maior de acumulação. Furtado (1981) considera que não seria apenas esse patamar maior que seria o equivalente ao desenvolvimento da sociedade. Um patamar maior de acumulação tem em si a semente que pode levar a novos padrões de vida, porém ele depende que a incorporação de progresso técnico seja acompanhada de transformações sociais para só assim garantir a integração nacional e proporcionar a formação de uma estrutura realmente desenvolvimentista.

A transformação social é limitada em sua essência pela estratificação social. A estratificação social ocorre perante um sistema de dominação social. Tal sistema limita a perfeita satisfação das necessidades das camadas inferiores. Dessas limitações vemos emergir o excedente, ou seja, os recursos produzidos no presente e não utilizados, portanto acumulados. A perpetuação desse sistema de dominação social leva a perpetuação de um perfil concentrador de renda já que o permanente controle das posições estratégicas leva a vantagens na apropriação do produto social.

A relação entre os grupos da sociedade se desenvolvem de modo que os agentes controladores da produção busquem sempre aumentar seus privilégios. Assim graças a sua posição, tais agentes apropriam-se de parcela cada vez maior do excedente gerado no país. Seria esse processo de acumulação interno da sociedade o que tornaria possível a promoção do progresso técnico. Porém, o avanço tecnológico só é responsável pelo desenvolvimento se utilizado em extensão e profundidade. Para ser sustentável, esse desenvolvimento deve ocorrer

não só dessa forma intensiva, ou seja, com o progresso técnico atingindo apenas setores específicos de forma desigual e concentradora, mas também de modo extensivo, englobando os mais variados setores da economia, nivelando a renda e a demanda corrente, e assim, dotando a economia dos automatismos internos que promoveriam um desenvolvimento sustentável e prolongado.

Furtado (1966) acredita que não seria necessário apenas o processo de acumulação que leva ao progresso técnico, necessitar-se-ia das pressões dos assalariados para que ocorram ganhos de renda ante a elevação dos salários, e então, o aumento da renda disponível para o consumo da massa assalariada levaria a ampliação de segmentos do mercado e a expansão da demanda corrente. O que o autor observa é que nas economias subdesenvolvidas o progresso técnico é incorporado ao desenvolvimento das forças produtivas de modo que ocorra a redução da utilização do insumo mão de obra. Forma-se um excedente estrutural e com isso se reduz substancialmente o poder de negociação das massas assalariadas. A concentração de renda ocorre devido à compressão dos salários.

O problema se amplia graças ao fato de que a estrutura do sistema produtivo nas economias subdesenvolvidas progride de modo que as possibilidades de absorção de excedente de mão de obra fiquem cada vez mais difíceis, ou seja, a tendência à concentração de renda é estrutural. Modificações que possibilitariam a supressão desse fenômeno dependeriam de um projeto social conscientemente estabelecido.

A concentração de renda elevada e contínua, com a presença de elites aculturadas e sem um centro de decisão eficiente que coordene o processo de inversão da acumulação em investimento faz com que essas classes privilegiadas passem a destinar parte da acumulação ao consumo suntuoso. Esse comportamento culmina na redução do crescimento das indústrias e condiciona à baixa na eficiência do investimento. Para Furtado (1966), esse seria um dos fatores fundamentais para delinear o processo de estagnação que se observa nos países em desenvolvimento. A necessidade básica, segundo o autor, seria de um núcleo de decisão dotado de alta eficiência, com políticas fiscais coesas que possam limitar a influencia de tais elites e direcionar a renda utilizada no consumo suntuoso para o investimento.

Dentro do determinado como ideal por Furtado (1966), o processo de concentração de renda deveria ser sazonal. Devem-se ocorrer períodos de concentração, atuando para promover

os saltos técnicos devido ao processo de acumulação. Porém esses períodos de concentração deveriam ser sucedidos por períodos de desconcentração, nos quais os trabalhadores conquistem ganhos reais de renda a fim de ampliar o consumo, e conseqüentemente, estimulem a expansão da demanda corrente. O problema nesse caso está no excedente estrutural de mão de obra. O processo de acumulação tem que ser simultâneo à escassez relativa desse fator de produção, de modo a aumentar o poder da massa de assalariados e elevar o salário real. Para Furtado, o desenvolvimento estaria atrelado à transferência de ganhos de produtividade do trabalho para o salário, em suma, um processo de desconcentração de renda.

O Brasil, assim como os demais países subdesenvolvidos, experimentou um desenvolvimento tardio. Por não seguir as fases clássicas do desenvolvimento, as tecnologias que surgiram ao longo do progresso técnico não puderam ser utilizadas como elementos aglutinadores dos fatores de produção, ou seja, o processo de desenvolvimento ocorreu sem experimentar essa escassez relativa de mão de obra. Então a pressão social é fraca diante do fato que o capitalista pode responder tal pressão com uma tecnologia poupadora de força de trabalho.

Além disso, a elite dos países subdesenvolvidos tende a exercer uma pressão crescente no sentido de modernizar os padrões de consumo para acompanhar os desenvolvidos. Essa pressão para modernizar faz com que a classe capitalista busque avanço tecnológico. A assimilação de uma tecnologia mais moderna e na maioria das vezes poupadora de mão de obra continua reduzindo a necessidade de criação de novos empregos e aumentando a concentração de renda. Furtado (1966) acredita que se tornam necessárias mudanças nos marcos institucionais. A assimilação de uma tecnologia mais moderna deve promover a integração econômica e fortalecer o mercado interno. Para que isso ocorra, os centros de decisão devem orientar o progresso tecnológico para satisfazer as necessidades específicas do processo de desenvolvimento brasileiro. Em síntese, o aparelho estatal deve tomar a dianteira do processo de desenvolvimento privilegiando a transformação das estruturas sociais.

Além da falta de um centro de decisão eficiente, da presença de elites aculturadas e dos problemas estruturas de mão de obra e concentração de renda enfrentamos outros obstáculos que fragilizam e levam o país a condição de subdesenvolvido. A penetração da grande empresa internacional em uma estrutura frágil como a brasileira apresenta-se como um obstáculo externo ao desenvolvimento. Elas acabam provocando desequilíbrios estruturais de difícil correção, além

de elevar o desemprego aberto e disfarçado. A falta de controle do governo para com essas empresas faz com que se acentue o processo de concentração econômica e dificulte o processo de integração nacional.

Internamente temos dois problemas fundamentais que são: elevação persistente do nível geral dos preços e redução da taxa de crescimento. A industrialização do tipo “substituição de importações” faz com que ao mesmo tempo em que se reduz o coeficiente de importações, se aumente a renda per capita. Ao alterar a composição da demanda aumenta-se a necessidade de alterar a composição da oferta, durante o lapso de reajuste, temos pressões inflacionárias. Mesmo com o aumento dos preços, os salários tendem a se manter em um patamar baixo devido ao excedente estrutural de mão de obra. O aumento dos preços sem correspondente aumento dos custos de produção faz com que se aumente a taxa de lucro dos capitalistas. Com o aumento do lucro, os capitalistas passam a importar equipamentos para ampliar a produção e isso leva ao aumento dos preços desses bens de capital. Esse encarecimento afeta negativamente a taxa de investimento. Para a economia manter a taxa de crescimento torna-se necessária a elevação dos preços dos bens de capital até o ponto em que se torne viável economicamente a sua produção interna.

O aumento dos preços dos equipamentos exige maior investimento por unidade de produto o que leva à redução na relação produto-capital. À medida que o setor produtor de bens duráveis de consumo e equipamentos passa a absorver maior volume de investimentos ocorre menor absorção de mão de obra. Isso ocorre devido ao elevado coeficiente de capital por unidade de emprego presente nesse tipo de setor. Com a menor absorção de mão de obra temos estabilidade da taxa de salários. Conforme os investimentos em equipamentos continuam acontecendo, a demanda se orienta, cada vez mais, no sentido de aumentar a participação desses setores que apresentam maior relação capital-trabalho. Aumenta-se a relação capital-trabalho enquanto se têm estabilidade dos salários, ou seja, concentração de renda. Como mostra Furtado (1966, p. 86)

“Tudo se passa como se a existência de um setor pré-capitalista de caráter semifeudal em conjugação com um setor industrial que absorve uma tecnologia caracterizada por um coeficiente de capital rapidamente crescente, dessem origem a um padrão de distribuição de renda que tende a orientar a aplicação dos recursos produtivos de forma a reduzir a eficiência econômica destes e a concentrar ainda mais a renda, num processo de causação circular. No caso mais geral, o declínio na

eficiência econômica provoca diretamente a estagnação econômica. Em casos particulares, a crescente concentração de renda e sua contrapartida de população subempregada que aflui para as zonas urbanas, criam tensões sociais que por si, são capazes de tornar inviável o processo de crescimento.”

Celso Furtado dedicou-se a busca e análise do que ele acreditava ser o modelo brasileiro de desenvolvimento. Para ele, a diferença das economias industrializadas em relação ao caso brasileiro estaria no fato de que nos países desenvolvidos vemos a demanda final ser fomentada pelo fluxo de salários gerados no processo produtivo. A penetração efetiva do progresso tecnológico faz com que os produtos finais cresçam mais rapidamente que os seus insumos. Para o autor, a taxa média de salários acompanha o aumento da produtividade e tende a crescer como decorrência da simples penetração do progresso tecnológico. Furtado ressalta o fato de que mesmo em economias desenvolvidas podemos ter problemas de inversão das rendas em investimento, o que pode levar à redução da atividade. O diferencial dessas economias estaria no fato delas possuírem automatismos internos que lhe assegurem o funcionamento e expansão, sendo isso fruto em grande parte de um centro de decisão realmente eficiente.

Furtado (1972) estabeleceu o que para ele seria o *anel de feedback*, ou seja, a característica principal das economias desenvolvidas. Esse anel se formaria a partir do ponto que a expansão da produção levaria a conseqüente expansão dos custos de produção, ou seja, aumento da massa salarial. Com a elevação dos salários teríamos o aumento da renda disponível para o consumo o que promoveria a expansão da demanda de bens finais que levaria novamente a expansão da produção.

O problema nas economias subdesenvolvidas, principalmente no caso brasileiro, estaria no fato de que o excedente estrutural de mão de obra acaba limitando a expansão da massa salarial, isso romperia o *anel de feedback*. Furtado acredita que o modelo brasileiro seria nada mais que uma tentativa de reestabelecer esse anel através do papel do Estado. O Estado teria de assegurar a expansão da demanda de bens duráveis de consumo e estabelecer o fluxo necessário de empregos.

O que ocorre é uma orientação do crédito e concentração da renda em benefício da classe média alta com o objetivo final no longo prazo de criar uma classe de “semi-rentistas”, que através da remuneração do capital alimentaria a demanda de bens finais. Como diz o autor: “Falta dizer que ainda se está longe de haver alcançado a articulação que permitirá a formação do novo

anel. Mas parece fora de dúvida que o objetivo é criar um capitalismo popular, em benefício de uma minoria” (FURTADO, 1972, p. 61).

O mecanismo estabelecido pelo modelo brasileiro visa criar adaptações que venham a suprir as insuficiências de demanda. Para isso, utiliza-se do Estado para lançar mão de instrumentos capazes de aumentar a renda disponível para os consumidores de bens duráveis e gerar mais empregos. Assimila-se a esse modelo a introdução de novos processos produtivos (progresso tecnológico) sob o comando dos consórcios internacionais, de modo que, ao mesmo tempo em que se promove o crescimento interno requerido concilia-se as exigências das relações externas de dependência. Como conclui Furtado: “Desta forma se acomodam, num sistema em expansão, as formas de desperdício que a rápida renovação de modelos e produtos engendra nas economias altamente desenvolvidas, com o infraconsumo de grandes massas de população, que é marca essencial do subdesenvolvimento” (FURTADO, 1972, p.66)

DESENVOLVIMENTO EM CONCEIÇÃO E SERRA

Conceição & Serra formulam uma compreensão da crise dos anos 1960 com um claro arcabouço teórico de origem kaleckiana. A concepção da dinâmica capitalista dos autores sofre influência do princípio da demanda efetiva e eles identificam no ciclo econômico nacional uma evidente identidade com as formulações desse autor.

Kalecki não só aplicou o princípio da demanda efetiva à sua interpretação extremamente própria do ciclo econômico, como também selecionou como variáveis agregadas determinantes o investimento bruto e os consumos dos assalariados e dos capitalistas e relegou a distribuição funcional da renda a uma função passiva, com claro viés condicionante, porém não determinante no funcionamento da economia.

O princípio da demanda efetiva foi uma importante inovação na teoria do pensamento econômico. Porém para entendermos a magnitude dessa importância, devemos analisar a teoria predecessora. A Lei de Say era uma proposição que determinava uma relação causal na qual a produção de uma mercadoria criaria de imediato uma demanda equivalente para outras mercadorias. As críticas às proposições da Lei de Say seriam que “a produção só é capaz de gerar uma renda equivalente se integralmente realizada, ou seja, em última análise é a realização e não a produção como tal a responsável pela criação do poder de compra” (POSSAS & BALTAR, 1981, p.112). Além disso, o investimento e todos os outros dispêndios são frutos de decisões independentes de cada unidade econômica existente e seria irreal supor a exigência de uma congruência entre essas decisões e o nível de renda.

Para Kalecki, os capitalistas podem decidir quanto eles gastam com consumo e investimento, mas eles não conseguem determinar efetivamente qual será sua taxa de lucro. Nesse sentido a diferença entre a Lei de Say e o Princípio da Demanda Efetiva é que enquanto a lei situa de forma exógena os condicionantes do movimento econômico ao funcionamento da economia, ou seja, a produção garante sua própria demanda independente do cenário ou dos obstáculos que venham a surgir, o princípio coloca os condicionantes no centro desse movimento e delega ao investimento um papel crucial.

Mas antes de qualquer coisa, o que afinal é então, efetivamente, o princípio da demanda efetiva? Possas & Baltar (1981) demonstram que para Kalecki o princípio da demanda efetiva estabelece que as decisões de consumo e investimento que vão orientar a renda e, no limite, a demanda efetiva da economia. O êxito de Kalecki então foi tornar uma teoria simples em algo capaz de demonstrar a dinâmica que o princípio da demanda efetiva engendra na economia. O segredo para tanto foi determinar o investimento como agregado central na dinâmica cíclica.

A análise do papel do investimento para a determinação das proposições acerca do ciclo econômico segundo Kalecki é fundamental não só para entender o que foi proposto por esse autor, mas também para entender a interpretação que Conceição e Serra deram a crise dos anos 1960. No cerne dessa análise está a ideia central de Kalecki sobre o papel dual, e principalmente, contraditório do investimento. Esse agregado ao mesmo tempo em que gera estímulo dinâmico à demanda efetiva quando realizado, ele cria nova capacidade produtiva, tal capacidade, porém, deve ser prontamente ocupada de modo a evitar que ela reprima o próprio impulso inicial que gerou.

No momento de alta do ciclo econômico o investimento tanto produz o estímulo necessário à demanda corrente a fim de que se impulsione a dinâmica capitalista, como cria capacidade produtiva de modo a dar suporte a esse estímulo da demanda. No momento de baixa do ciclo, porém, a queda nos níveis de investimentos faz com que o estímulo à dinâmica capitalista cesse, enquanto a capacidade produtiva se torna capacidade ociosa. A ampliação demasiada dos equipamentos de capital pode causar o colapso da expansão econômica, assim acredita-se que a expansão em um mecanismo essencialmente capitalista contém a semente para sua própria crise. Kalecki situa como assimetricamente temporal tal comportamento dual do investimento, o que faz com se tenha flutuações cíclicas no nível da atividade econômica. Esse será o âmago da interpretação de Conceição e Serra para a crise dos anos 1960.

Sabendo quais são os agregados centrais das proposições kaleckianas, resta-nos analisar quais seriam os agregados que exerceriam uma posição passiva no ciclo, ou seja, que não determinariam o ciclo econômico, mas apenas determinariam características que lhe são específicas. Ao nos determos nessa análise entenderemos a concepção que os autores utilizaram para relegar as teorias formuladas por Furtado. Para Kalecki, “as modificações na distribuição de renda, embora contribuam para definir as características específicas de um dado movimento

cíclico, não são estritamente necessárias para a existência desse movimento como tal” (POSSAS & BALTAR, 1981, p.158). O ciclo econômico é derivado de uma interação entre o investimento (em seu papel dual) e o consumo dos capitalistas e dos trabalhadores, sendo que a distribuição de renda não seria um determinante do ciclo, muito menos um condicionante que levaria a estagnação como teria proposto Furtado.

Ao estudarmos o desenvolvimentismo dentro da obra de Celso Furtado, deparamo-nos com a teoria da estagnação das economias subdesenvolvidas, assim como observamos como essa estagnação se daria no caso brasileiro. Maria da Conceição Tavares e José Serra no artigo “Além da Estagnação” trazem uma crítica a essa visão. Para os autores, o esgotamento do processo substitutivo seria uma transição para um novo esquema de desenvolvimento e não a estagnação diagnosticada por Furtado. Eles ressaltam que o capitalismo na forma nacional consegue ter fontes internas que promovem a sua expansão. Porém, ao mesmo tempo em que ele consegue ter certo dinamismo, o faz com elevados custos sociais. Como elucidam Conceição & Serra (1972, p.158)

“O processo capitalista no Brasil, em especial, embora se desenvolva de modo crescentemente desigual, incorporando e excluindo setores da população e estratos econômicos, levando a aprofundar uma série de diferenças relacionadas com consumo e produtividade, conseguiu estabelecer um esquema que lhe permite autogerar fontes internas de estímulo e expansão que lhe conferem dinamismo. Neste sentido, poder-se-ia dizer que enquanto o capitalismo brasileiro desenvolve-se de maneira satisfatória, a nação, a maioria da população, permanece em condições de grande privação econômica, e isso, em grande medida, devido ao dinamismo do sistema ou, ainda, ao tipo de dinamismo que o anima”.

A crítica à teoria de estagnação é de que não haveria contradições entre produção e realização de mais-valia como apontada por Furtado. Embora esse seja ponto de origem de muitas crises capitalistas, acredita-se que somente isso não justificaria uma estagnação por um longo tempo em economias com um setor de bens de produção relativamente desenvolvido. Para Conceição & Serra (1972), Furtado associa estagnação à perda de dinamismo do processo de substituição de importações e considera que a industrialização não teria alterado o padrão de distribuição de renda, assim a elevada concentração de renda presente no país teria levado a problemas de demanda, pois não se criou um mercado interno eficiente e capaz de atender a demanda gerada pela classe mais alta favorecida pela concentração.

Na visão de Conceição & Serra (1972), a concentração de renda para Furtado se daria em dois mecanismos. Primeiramente, ocorreria uma redução da relação produto-capital nos subsetores da economia, o que levaria a uma redução na demanda de mão de obra por unidade de investimento nesses setores, e conseqüente redução na absorção de mão de obra como um todo, levando assim a uma redução dos salários em relação ao produto industrial, engendrando um processo de concentração da renda nas mãos dos empresários devido à compressão salarial. Por outro lado, os aumentos da produtividade não refletiram de forma plena em queda de preços, o que também acentuou o processo de concentração de renda. Esses dois mecanismos acentuariam a discrepância citada entre alocação maior de recursos em setores de menor relação produto-capital e criação reduzida de demanda em setores com relação produto-capital alta o que desaceleraria ainda mais o ritmo de crescimento.

Para os autores, ao contrário do modelo de Furtado, a relação produto-capital seria resultado do processo econômico, já que as decisões de investimento seriam tomadas basicamente baseadas nas taxas de lucro, ou seja, a relação produto-capital não faz parte dos cálculos empresariais. Assim, a crise que acompanhou o fim do processo de substituições de importações estaria muito mais relacionada com a queda da taxa de investimentos do que com a queda da relação produto-capital.

Quanto à queda na relação de produto-capital, Conceição e Serra mostram-se céticos quando a real ocorrência desse fato, pois para os autores o progresso técnico poupa capital, assim há redução da utilização do insumo capital por unidade de produto, o que frearia possíveis tendências de queda dessa relação. Para eles, Furtado entende que o progresso técnico seria pautado por tecnologias poupadoras de mão de obra, o que levaria a elevação da relação capital-trabalho, a qual Furtado relaciona à queda da relação produto-capital. Essa relação entre produto-capital e capital-trabalho é apontado pelos autores como fruto de um esquema neoclássico de equilíbrio geral adotado por Furtado. Sobre isso Conceição & Serra (1972, p.165) afirmam

“No entanto, ainda nessa circunstância a relação produto-capital só caíra se o aumento relativo da produtividade do trabalho se tornar menor que o aumento relativo da dotação de capital por trabalhador. Além disso, se, neste caso, a relação produto-capital declina, é possível que a taxa de mais-valia aumente de modo suficiente para provocar um aumento do excedente a ser investido. Em resumo, ou a relação produto-capital não declina apesar do aumento do coeficiente capital-trabalho, ou se o faz, seus efeitos negativos sobre o excedente a ser investido podem ser impedidos por um aumento adequado do excedente subtraído à força de trabalho. A possibilidade de compensar os efeitos da baixa

da relação produto-capital sobre a taxa de crescimento dependerá desse excedente se transformar ou não em investimento”.

Os autores acreditam que, a nível macroeconômico, a relação produto-capital não cairia nem no momento em que se atualizam os lucros dos investimentos de infraestrutura que permitiram a instalação das indústrias metal mecânica e de base. Com isso, eles tratam como válida a ideia de que com o tempo seriam criadas condições de demanda que promovam a melhor utilização da capacidade instalada. Só em casos de crise que ocorreria queda da relação produto capital. Nesse caso a queda viria do aumento da capacidade ociosa, que seria fruto da retração da demanda corrente. Assim a contradição que Conceição e Serra tentam expor em Furtado é de que a queda da relação produto-capital é efeito e não causa das crises.

Os autores acreditam que no tipo de economia estudada por Furtado, no máximo, observar-se-ia uma desaceleração enquanto fatores que gerariam a tendência à redução da relação-capital estivessem atuantes, a partir do momento que esses fatores perdessem força, outro quadro se desenharia. As limitações do modelo de Furtado estariam em não considerar que perante a penetração do progresso técnico haveria uma intensificação do uso do capital. Além do que, Furtado desconsidera os efeitos do progresso técnico no aumento de produtividade dos investimentos. Assim, ele teria se dedicado a uma visão que seria excessivamente neoclássica e muito amparada na ideia de equilíbrio geral com pouca aplicabilidade real.

Para Conceição & Serra (1972), a crise dos anos 60 experimentada pelo Brasil, foi uma crise de financiamento do investimento. Esgotou-se um pacote de investimentos, portanto precisava-se de um novo, que cumprisse o papel de uma nova onda de inovações. Essa falta de investimento articulava-se com o problema de estrutura de demanda, problema este que era basicamente a excessiva concentração de renda. A concentração de renda, tal qual elucidada em Furtado, limitaria a expansão de grupos de consumo, principalmente dos grupos médios, que seriam os mais atuantes no sentido de melhor aproveitamento e ampliação da capacidade instalada. Porém, essa limitação como ressaltada por Possas & Baltar (1981) dentro da visão kaleckiana apresentaria um mero condicionante que determinaria algumas condições específicas desse movimento cíclico, porém longe de determinar o movimento em si ou as tendências da economia como fariam o investimento, o consumo dos capitalistas e dos assalariados. Para Conceição & Serra (1972, p. 175) a crise seria

“... uma transição, não a uma nova economia, mas a um novo estilo de desenvolvimento capitalista que supõe, dada a existência de uma base produtiva adequada, bem como novos mecanismos de estímulo, adequados a outra etapa de integração com o capitalismo internacional. Cremos que os transtornos verificados nessa economia não correspondessem ao fenômeno de estagnação em sua acepção comum...”

A economia brasileira apresentaria tendência à crise de realização. A incorporação e difusão do progresso técnico no Brasil seriam amplamente deficientes e voltados principalmente aos setores mais ligados ao capitalismo internacional. Devido a essa difusão deficiente do progresso técnico temos atividades atrasadas atuando junto de mais modernas em uma mesma área de mercado. Essa diferenciação leva ao sobrelucro das atividades mais modernas, que ao defenderem a continuidade dessa situação impedem a modernização das atividades mais atrasadas, ou seja, o excedente passar a ser retido no circuito produtivo dos setores mais modernos e ligado ao capitalismo internacional.

Para superar essa tendência à crise de realização seriam necessárias mudanças permanentes na geração, apropriação e utilização do excedente. Associado a isso deveria haver alterações na concentração de renda e do produto, de modo a criar endogenamente formas de incorporação do progresso técnico. Como salientam: “Embora não concordemos com as teses de estagnação e não vejamos limitações pelo lado do potencial de expansão na atual etapa de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, acreditamos que o mesmo apresenta constantes e renovados problemas relacionados com a realização do excedente” (CONCEIÇÃO & SERRA, 1972, p.207).

O DEBATE FURTADO, CONCEIÇÃO E SERRA

No início da década de 60 começou-se a observar um aumento da capacidade ociosa o que levou a um declínio da taxa de crescimento da produção industrial. Para Tavares (1986) esse aumento da capacidade ociosa provocou uma diminuição do investimento e da demanda intersetorial, a partir daí gerou-se um efeito desacelerador que se propagou em série, induziu o declínio do nível de atividade e a diminuição do número de pequenas empresas, caracterizando a crise da década seguinte. A autora coloca esses efeitos conjunturais na condição de determinantes, assim, mesmo com o governo atuando, a desaceleração econômica se aprofundaria na década de 60. Como vemos em Tavares (1986, p.141)

“... tanto as tendências da demanda como as margens da capacidade subutilizada eram desfavoráveis para os três grandes setores produtivos no começo da década de 60, inclusive para manter a taxa de acumulação vigente. Assim, mesmo quando houvessem aumentado as margens de lucro real (ou inclusive quando elas estivessem superestimadas pelos lucros ilusórios da inflação) e, portanto, as expectativas continuassem favoráveis, isto não era suficiente para mudar e acelerar o ritmo de acumulação efetiva. Mais precisamente, o excesso de capacidade e o excesso de poupança interna das empresas sem aplicação nos respectivos setores têm um efeito depressivo sobre a taxa de investimento privado. Quando este começa a cair, arrasta consigo uma queda na taxa de emprego e nos níveis de demanda efetiva, que por sua vez leva à quebra das empresas marginais nesses setores.”

Por sua vez, Furtado (1972) acredita que a crise excede ao cenário conjuntural e adentra o campo das capacidades estruturais da economia. A opção por uma linha política valorizando a concentração de renda estreitou ainda mais o mercado e acentuou o problema de excedente estrutural de mão de obra. Ainda que tal política tenha encontrado espaço para se difundir na estrutura vigente através de uma polarização ainda maior da demanda nacional, ela foi responsável por aumentar o abismo entre as classes sociais, o que para Furtado (1961) é característica marcante das estruturas subdesenvolvidas. Furtado (1972, p.31) elucida

“O declínio considerável da taxa de crescimento da produção industrial, que se observa no Brasil no período que se estende de 1961 a 1967, está seguramente ligado a causas estruturais do tipo das que vimos de considerar. O lento crescimento da produção de manufaturas populares e a margem considerável de capacidade ociosa nas indústrias principalmente dependentes do mercado restringido (em condições de forte pressão inflacionária) são sintomas de desajustamentos mais que conjunturais”.

Analisando os movimentos conjunturais, Furtado acredita que a reforma cambial de 1961 teria levado a um desequilíbrio no esquema de financiamento do setor público, que associado à dificuldade do governo em obter financiamento externo, acentuou o declínio do início da década de 60. Além disso, a aceleração inflacionária em curso desde 1959 também viria a agravar esses problemas estruturais por dois motivos. O primeiro é que ela mantém alta a taxa de lucro, mesmo que seja até certo ponto ilusória. Essa taxa alta sustenta o processo de acumulação em níveis elevados o que Tavares (1986) caracterizou como “tendência ao superinvestimento”, essa tendência concentra-se nos setores de maior rentabilidade e geraria o aumento da capacidade ociosa. O segundo motivo é que a inflação diminui a taxa dos empréstimos, um exemplo disso na economia brasileira foi às linhas de crédito negativo alimentadas pelo redesconto.

Furtado considera, entretanto, que mesmo que tais fatores conjunturais atuassem nesse período acentuando a crise, são os fatores estruturais que definem as tendências da economia e restringem a relevância dos elementos de caráter circunstanciais. Furtado (1972, p.31) ilustra

“Contudo, a magnitude das discrepâncias que se manifestam nas taxas de crescimento, quando comparamos os períodos 1956-61 e 1961-67, indica que não somente fatores estruturais estiveram em jogo. Estes definem tendências a médio e longo prazos, delimitando o campo de ação de outras variáveis responsáveis por movimentos conjunturais.”

A partir de 1964, com o golpe militar, começa-se a seguir o que Furtado (1972) caracterizou como nova estratégia de desenvolvimento. Mesmo que o objetivo de tal estratégia fosse acabar com os problemas estruturais da economia, principalmente os considerados “*pontos de estrangulamento*”, a orientação política adotada continuava no sentido de explorar as vicissitudes da estrutura subdesenvolvida nacional.

Nesse sentido, a estratégia adotada no período e caracterizada por Furtado (1972) tinha três principais linhas de ação:

- a) Orientar o processo de concentração da renda e riqueza, de modo a favorecer a formação de capital fixo;
- b) Reduzir as taxas de salário real básico em relação à produtividade média do sistema para aumentar a capacidade criadora de emprego na economia;

- c) Subsidiar exportações, e então ajudar os setores que mais sofriam com as insuficiências da demanda.

Além de favorecer o processo de formação de capital fixo, a concentração de renda mostrou-se como útil instrumento de política de curto prazo para o governo, à medida que dinamizava o principal tipo de demanda que se pretendia melhorar, ou seja, a de bens duráveis e de produção, que representavam principalmente as demandas da classe média alta. A política de redução das taxas de salário real está diretamente ligada à política de concentração de renda. O arrocho salarial do período é um dos principais esforços diretos de concentração de renda. A terceira linha de ação, ou seja, os subsídios expressam a tentativa de indução do governo à execução de inversões por parte dos empresários na economia como um todo, mesmo nos negócios onde a rentabilidade era muito baixa ou o risco era muito alto, atingindo setores produtivos não estimulados pelas demais linhas de ação.

Além dessas três linhas de ação necessitava-se ajustar o perfil da demanda à estrutura da oferta. Para isso, Furtado (1972) elucida que a política econômica passou a sujeitar-se a três objetivos:

- a) Controlar a inflação, de modo a neutralizar seus efeitos sobre a concentração promovida para a classe média;
- b) Orientar o crédito para premiar os consumidores que se enquadravam na demanda-alvo;
- c) Organizar o mercado financeiro e através dos títulos deste, gerar um fluxo de renda para a demanda.

Esses objetivos, como observado, convergem para as linhas de ação da nova estratégia de desenvolvimento, assim, todo plano político e econômico destinava-se a dinamizar a demanda da classe média alta, ou seja, a demanda de bens de consumo duráveis.

Furtado (1972) vê ainda que as políticas que caracterizaram as reformas financeira e fiscal de 1965/66 e a política de arrocho salarial do período de 1964 a 1968 também buscavam limitar os problemas acarretados pela estrutura implantada e gerar uma sobrevida a forma de capitalismo subdesenvolvido nacional vigente. O que o autor observa é que o efeito foi contrário ao desejado. Tais políticas acentuavam as deficiências da planta nacional enquanto engendraram uma tendência estrutural a estagnação.

As reformas financeira e fiscal de 1965/66 visavam principalmente incorporar os ganhos de progresso técnico ao capital através de uma reordenação do mercado financeiro e do estímulo fiscal. Embora o objetivo inicial seja gerar recursos para financiar o investimento dentro da conjuntura de crise, esse tipo de política fez com que as empresas utilizassem cada vez mais o fator de produção capital e menos o fator mão de obra na produção, acentuando o excedente estrutural de mão de obra da economia. Essas reformas ainda modificaram o modo de correção dos ativos e concederam novas formas de isenções fiscais, o que privilegiou quem tinha uma capacidade maior de poupar, ou seja, quem tinha uma renda maior. Assim, as reformas financeira e fiscal de 1965/66 privilegiavam a propagação do que era para Furtado o maior problema estrutural do país, as reformas privilegiavam a concentração de renda.

As políticas de arrocho salarial, para o autor atuaram no mesmo sentido. Elas engendraram um processo rápido de acumulação que culminavam na instalação do país de um sistema industrial por natureza altamente diversificado e alimentavam um mecanismo de concentração de renda. Para o autor, com esse tipo de política, intensificavam-se as tendências de subdesenvolvimento da economia nacional. Devemos lembrar que essa elevada acumulação assumia a forma principalmente de investimento industrial, representado predominantemente pela compra de equipamentos, o que é nada mais que um aprofundamento do processo de substituição de importações, porém, esse movimento de aprofundamento associado a uma extrema concentração de renda dificulta a elevação da taxa de salários nos setores modernos e a criação de emprego nos setores em que se penetra a tecnologia, principalmente devido ao fato da utilização dessas tecnologias como poupadoras de mão de obra.

O que Furtado (1972) ressalta é que esse nível salarial extremamente baixo acaba por gerar problemas na demanda corrente, acontecendo o prenunciado desajuste entre oferta e demanda. O governo então acaba se utilizando de uma política que visa, simultaneamente, elevar os salários superiores (o que era limitado, já que não se poderia impor esse aumento de carga salarial em todas as empresas) e uma dinamização da demanda de bens de consumo mediante concentração de renda em benefício da classe média alta. Ou seja, o que observamos é que o governo para resolver um problema, aprofunda-o, isso demonstra que esse tipo de política é, em sua essência, limitado.

Por sua vez, Conceição & Serra (1972) acreditam que as reformas financeira e fiscal de 1965/1966 possibilitaram a retomada do crescimento urbano e elevação da taxa de emprego e do potencial de acumulação, com isso se conseguiu a ocupação da capacidade ociosa e a elevação da taxa de investimento do setor-alvo da política econômica, que é o setor de bens de consumo duráveis e de produção.

Quanto à política de arrocho salarial, embora Conceição & Serra (1972) não consideram essa forma de atuação estatal positiva, pois a elevada concentração de renda presente no país teria levado a problemas de demanda devido ao mercado restrito que se formou, a adoção de uma política de arrocho salarial não comprometeu sobremaneira a recuperação.

Conceição & Serra (1972) vislumbraram uma possibilidade de difusão dentro da estrutura estabelecida. Os autores se utilizaram de uma lógica kaleckiana para dizer que a recuperação econômica se inicia pelo aumento da taxa de investimento, depois pelo emprego e por último o consumo dos trabalhadores. Para os autores, o Brasil sofre com as discontinuidades dos níveis de renda e estrutura de consumo, porém, ademais a problemática da concentração de renda, é possível conceber uma recuperação econômica a partir do consumo capitalista das camadas de altas rendas, que comandam a taxa de lucro e a taxa de acumulação, e assim conseguem gerar novas oportunidades de investimento e de emprego e determinam, posteriormente, a expansão do consumo dos trabalhadores urbanos.

A autocrítica de Furtado em *Análise do Modelo Brasileiro* vem através de uma revisão da sua interpretação da orientação política aplicada no período. Ele dedica-se a esse exercício perante a sua visão inicial de tendência à estagnação. Sem abandonar a sua teoria, Furtado (1972) reconhece que as políticas, mesmo com claro viés concentrador de renda, em certo ponto, auxiliaram a expansão. Admite ainda, que se criou uma variante brasileira do processo de concentração de renda que consegue manter uma dimensão adequada do mercado de bens duráveis de consumo que gera certa dinâmica para a expansão da economia. Furtado (1972, p. 62) elucida

“É de admitir que o complexo aparelho de intermediação financeira criado no Brasil nos anos recentes, cumpra a tarefa de articular as empresas que se apropriam diretamente do excedente com a minoria ampliada que constitui o mercado de bens duráveis de consumo, a fim de que este mantenha uma dimensão adequada. No sistema capitalista industrial desenvolvido, a elevação de produtividade engendra expansão da massa salarial; nas condições do subdesenvolvimento, o mesmo

incremento de produtividade opera em benefício dos proprietários das empresas; na variante brasileira, pretende-se que, ao lado do reduzido que decide do controle das empresas, surja uma faixa significativa de semi-rentistas cooptados de preferência na massa de assalariados de níveis altos”.

Assim, Furtado reconhece que Conceição & Serra perceberam um relativo poder de propagação na estrutura nacional ainda em sua forma subdesenvolvida. Ele assente que é possível uma expansão da economia através da concentração de renda, só que para o autor essa seria uma orientação política extremamente restrita, pois pressiona ainda mais um Estado já debilitado pelo amplo papel de financiador e gerador de demanda que lhe é característico nas estruturas subdesenvolvidas, além do que, políticas de concentração têm um limite natural levando-se em consideração a capacidade estrutural de um país. Furtado (1972) ressalta que a continuidade dessa concentração leva a um incremento do excedente nas mãos de uma reduzida classe, o que gera seguidamente problemas de insuficiência de demanda efetiva e tendência à exportação de capital. Assim, Furtado (1972, p.77) acredita que

“A experiência já demonstrou que se se aumenta o esforço para andar mais rápido e reduzir a distância do alvo perseguido, a deformação estrutural se acentua, pois uma acumulação mais intensa em benefício de uma parte da população amplia o fosso que existe entre as condições de vida da minoria beneficiada e as da massa, fosso que é a essência mesma do subdesenvolvimento”

Tavares (1986), entretanto, afirma que é necessário um “equilíbrio dinâmico” na economia, sendo tal objetivo voltado principalmente para as relações capital/consumo e capital/investimento. Ao tentar hierarquizar a importância das relações somente no nível dos agregados, ela passa a desconsiderar os vieses estruturais que a adoção sistemática de um tipo de política pode gerar na persecução deste equilíbrio. Enquanto a expansão parece recuperada, tomando por base apenas o nível de atividade industrial, o desenvolvimento está longe de ser alcançado se observarmos os problemas estruturais que não só permanecem como também se acentuam com adoção de tais políticas.

Então, a pergunta que fica é: se Conceição & Serra (1972) acertaram em visualizar um potencial de expansão dentro da estrutura conjuntural dos anos 1960, o que em sua crítica fez com que não conseguissem o mesmo êxito ao investigarem as tendências da economia brasileira? A resposta está no fato de seguirem uma premissa da Teoria da Demanda Efetiva que é a premissa das estruturas dadas. Partindo dessa proposição eles ignoram as alterações estruturais

que ocorreram, e ainda ocorrerão, na sociedade brasileira durante o período em que os tipos de políticas adotadas para a contenção da crise dos anos 1960 forem o paradigma da ação estatal. Como Conceição & Serra (1972, p. 174) afirmam

“Devido às limitações deste ensaio, deixaremos de lado o tratamento específico dos aspectos relacionados com as alterações estruturais da sociedade brasileira, especialmente no que se refere às suas formas de organização econômica e social, aos vínculos setoriais e espaciais e às formas concretas de inserção da economia nacional no sistema internacional.”

Estudar desenvolvimento está intrinsecamente conectado ao estudo das alterações do processo produtivo a partir do modo que se dá a assimilação do progresso técnico e de como a estratificação social atua na apropriação de utilização do excedente, em suma, estudar desenvolvimento é estudar alterações estruturais da sociedade. Essa é a limitação essencial do modelo desenvolvido na crítica de Conceição & Serra (1972). Essa restrição advém do modelo em que se basearam. É a mesma limitação do modelo de Kalecki. Como elucidam Baltar & Possas (1981, p.150)

“Não obstante o cuidado de Kalecki em introduzir nos seus últimos modelos uma tendência no tempo, deixa implícito o caráter, externo aos mesmos, das hipóteses de comportamento do crescimento econômico de longo prazo. Trata-se, portanto, senão de uma insuficiência de sua construção teórica, seguramente de uma limitação intrínseca ao uso de modelos agregados no contexto da demanda efetiva. mais ainda, tudo indica que a demanda efetiva enquanto princípio teórico é, em última análise, inadequada para dar conta satisfatoriamente desse tipo de problemática, na medida em que se constrói sobre um instrumento analítico formulado e utilizado a um nível de agregação e de abstração que pressupõem a inexistência de modificações significativas do conteúdo qualitativo dos agregados (principalmente a estrutura produtiva e a composição do produto)”.

Assim, o modelo do princípio da demanda efetiva não trata da causa última da crise dos anos 60 que foram as modificações da estrutura produtiva e da composição do produto. Devemos lembrar que a crise que estamos estudando advém das deficiências de um processo de industrialização, mais especificamente de uma tentativa de internalização desse processo em uma estrutura subdesenvolvida, logo se pressupõe alterações na planta nacional, ou seja, na estrutura produtiva como um todo. Como continuam a formular Baltar & Possas (1981, p.150)

“Daí não se depreende, todavia, que a demanda efetiva tenha um campo teórico de ação restrito, sempre que seja corretamente posta na perspectiva que vimos adotando de um conjunto integrado de proposições de caráter geral sobre o funcionamento da economia capitalista, que se faz presente necessariamente, mesmo na elaboração de um corpo teórico voltado especificamente para o

estudo do processo pelo qual se dão as transformações econômicas do capitalismo. Mais que isso, o princípio da demanda efetiva, em seus vários desdobramentos, é uma estrutura teórica consistente, capaz de explicar toda uma dimensão da natureza da dinâmica capitalista, desde que complementada por outra que focalize os componentes de permanente mutação dessa mesma dinâmica”.

Conceição & Serra (1972) pautaram-se por um modelo que estuda os agregados da economia, e suas variações, dentro de um movimento cíclico, assim o modelo de Kalecki estuda a dinâmica capitalista e não o processo de desenvolvimento. A falha em suas formulações foi utilizar-se de um modelo de dinâmica em estruturas dadas para analisar a teoria da tendência à estagnação que é uma teoria que versa sobre a superação ou persistência do subdesenvolvimento a partir das alterações nas estruturas produtivas e sociais.

Assim, Conceição & Serra (1972) necessitariam de uma estrutura teórica abrangente o suficiente para explicar não só as alterações estruturais, mas também quais as consequências de longo prazo das políticas adotadas ao formularem suas proposições. Para que os movimentos da teoria do princípio da demanda efetiva de Kalecki se deem como uma expansão de longo prazo, ao invés de movimentos cíclicos de alta e baixa, deve-se levar em considerações condicionantes “exógenos” como progresso técnico, inovação (por exemplo, novos produtos) e abertura de novos mercados. Sobre isso Baltar & Possas (1981, p.149) discorrem

“É nesse sentido que se devem interpretar as repetidas afirmações de Kalecki de que não há qualquer garantia de o movimento cíclico no capitalismo vir a se processar sobre uma expansão de longo prazo, na ausência de condicionantes “exógenos” à interação das variáveis macroeconômicas ao nível da demanda efetiva. Isto equivale a sublinhar precisamente a importância decisiva de tais determinantes – nomeadamente, o progresso técnico, as inovações (novos produtos) e a abertura de novos mercados – como condições essenciais para a referida expansão, e não, como poderia parecer, a falta de reconhecimento de sua relevância”.

A maneira indicada por Conceição & Serra (1972) para enfrentar a crise, por essa visão, passa a ser completamente insuficiente. Devemos lembrar que a crise para os autores, seguindo o modelo de Kalecki, era um momento de baixa do ciclo de investimento e se chocava com o insuficiente nível de demanda corrente nos setores que para eles impulsionavam o capitalismo, marcadamente o de bens duráveis e de produção.

Desse modo, os autores propuseram um novo pacote de investimentos a fim de reverter o ciclo. Porém, o que vemos é que um novo pacote de investimentos, sem alterações estruturais, gera um estímulo à demanda enquanto, simultaneamente, aumenta a capacidade

produtiva. Só que esse aumento da capacidade produtiva é um aumento a nível agregado, sem aumentar a eficiência de fatores, pois para aumentar a eficiência dos fatores necessita-se alterar o modo de assimilação do progresso técnico, sanando problemas estruturais como o excedente de mão de obra e a concentração de renda, ou seja, necessita-se alterar a estrutura, que é algo não concebido pelo modelo de Conceição & Serra (1972).

Assim, quando esse novo pacote de investimentos se esgota, cessa o estímulo à demanda, só que a capacidade produtiva, por sua vez, foi aumentada sem que houvesse uma alteração estrutural forte o suficiente para ocupar essa capacidade que foi ampliada e agora está ociosa. Então, acentua-se o fosso estrutural, como elucidado por Furtado, de modo que o próximo movimento de baixa do ciclo de investimento seja mais vigoroso e se aumente a probabilidade de novas crises. Assim, a visão de Conceição & Serra (1972) não só tem um alcance restritamente conjuntural, como não diagnostica a tendência estrutural à estagnação da economia nacional.

CONCLUSÃO

A crise dos anos 1960 foi importante por demonstrar que se necessitava de uma mudança no paradigma de ação estatal até então vigente. Tanto a estrutura da indústria nacional quanto as políticas adotadas durante o início do processo de industrialização não eram mais suficiente para colocar o país em uma via realmente desenvolvimentista. Nesse sentido, o debate que se deu intentava determinar quais eram os desafios da economia nacional e as possíveis soluções para a situação em que o país se encontrava.

O que Furtado (1972) observou é que sem um processo de distribuição de renda realmente eficaz, o Brasil continuará experimentando de problemas recorrentes de demanda. A falta de ganhos reais de renda dos trabalhadores e proporcionais ao aumento da produtividade proveniente da assimilação do progresso técnico, assim como uma política coesa de geração de empregos de modo a reduzir o elevado excedente estrutural de mão de obra faz com que o país não consiga estabelecer um ciclo de expansão nos padrões desenvolvimentistas. A concentração de renda é responsável direta pela problemática de retração de linhas de consumo, perda de dinamismo dos setores não modernos e pelo problema estrutural de demanda. Como ressaltou Furtado (1972), a concentração da renda é responsável pelo infraconsumo das massas, é a marca essencial do subdesenvolvimento.

Conceição & Serra (1972) consideram que a economia brasileira apresentaria tendência à crise de realização. Para os autores, isso ocorre devido ao modo de incorporação e difusão do progresso técnico, os quais favorecem os setores mais modernos e mais ligados ao capitalismo internacional e geram uma difusão deficiente da inovação tecnológica. Mesmo assim, os autores delimitam um papel condicionante a concentração de renda e acreditam que a economia vive uma constante transição nos seus padrões de desenvolvimento e não uma tendência estrutural a estagnação.

Como vimos no capítulo anterior, uma limitação da crítica de Conceição & Serra (1972), nesse sentido, foi não considerar as alterações estruturais da sociedade brasileira e como elas refletem na organização econômica e social. Talvez por isso, os autores não vislumbraram essa tendência à estagnação da economia nacional, fruto principalmente do modo inadequado que se dá a assimilação do progresso técnico e apropriação do excedente.

O que nós vemos é que o debate entre Furtado, Conceição e Serra se dá em planos distintos, fruto principalmente não só de formularem teorias vinculadas a resultados distintos, mas com modelos que possuem alcances diferentes. Parece claro, que o modelo de Furtado dedica-se a explicar a forma que o desenvolvimento assume em estruturas subdesenvolvidas e como o processo de desenvolvimento interage com as alterações estruturais ao longo do tempo, principalmente a partir do modo que se dá a assimilação do progresso técnico e as transformações sociais. O modelo de Conceição e Serra atua de modo completamente oposto. Dedicar-se ao estudo da dinâmica capitalista a partir de uma estrutura dada, sem comportar uma análise das alterações estruturais e sem dedicar uma análise das tendências no tempo, favorece a análise da evolução dos agregados dentro de uma mesma estrutura produtiva.

Assim, o debate que se dá é um debate estrutura x conjuntura. Ainda que Conceição & Serra tenham descrito de modo satisfatório os movimentos conjunturais que determinaram a crise e a recuperação econômica na década de 60, essa descrição feita pelos autores a posteriori não conseguiu vislumbrar as limitações estruturais e a propensão à estagnação da economia nacional.

Furtado, por sua vez, subestimou o poder de difusão das estruturas implantadas, de modo que não visualizou a possibilidade de adoção de políticas de curto prazo que acentuassem as características subdesenvolvidas enquanto gerassem a retomada parcial do nível de atividade industrial e uma expansão econômica restrita. Porém, a partir do seu exercício de autocrítica, ele não só identificou sua limitação inicial como determinou o modo que se dá a formação da tendência estrutural à estagnação dentro do modelo brasileiro. O que Furtado (1972, p. 78) ressalta é que

“O esquema que vimos de esboçar dá ênfase, evidentemente, às atuais tendências estruturais, sem ter em devida conta que o homem aprende pela experiência e que em todo sistema social em crise o horizonte de opções tende a ampliar-se, emergindo combinações imprevisíveis de forças sociais que podem dar origem a novos anéis de feedback que significam autênticas modificações qualitativas do sistema em seu conjunto.”

Observamos então, que embora a tendência seja a estagnação, isso pode ser modificado pelas “combinações imprevisíveis de forças sociais”. O que fica é que as estruturas se transformam conforme a evolução das transformações sociais e o modo de penetração do

progresso técnico. Assim, dentro do recorte feito, sendo este ainda limitado perante a dimensão da questão do subdesenvolvimento, o que podemos inferir é que as economias subdesenvolvidas como a brasileira são portadoras de uma tendência estrutural a estagnação, ainda que tais tendências possam permanecer latentes em determinadas conjunturas. Portanto, sem a busca pela adoção de um modelo eficaz de desenvolvimento, o que podemos notar é que a ação estatal apresenta elevados custos sociais. A busca por desenvolvimento sem atentar para alterações na estratificação social acaba gerando políticas que culminam em aumentar o abismo entre as massas e uma minoria privilegiada.

REFERÊNCIAS

BIELSCHOWSKY, R. Maria da Conceição Tavares. **Revista Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v.14, n.1, jan./abr. 2010 p. 193-200

CARDOSO de MELLO, J. M. A Industrialização Retardatária. In: **Capitalismo Tardio**. 11. Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 73-99

COUTINHO, M. Distribuição de renda e padrões de consumo: alguns autores em torno da tradição cepalina. **Ensaio FEE** v.1, n.1, abr. 2008 Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/41/380>>. Acesso em 15 Set. 2012.

DIAS PEREIRA, J.M. Uma breve historia do desenvolvimentismo no Brasil. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, p.121-141, jul.-dez. 2011.

FURTADO, C. A invenção do subdesenvolvimento. **Revista de Economia Política**. São Paulo, v. 15, n. 2, abr./jun. 1995.

_____. **Análise do “Modelo” Brasileiro**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

_____. A tendência à estagnação. In: **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 10. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 291-301.

_____. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. **Formação Econômica de Brasil**. 11. Ed. São Paulo: Editora Nacional, 1971.

_____. O subdesenvolvimento revisitado. **Economia e Sociedade**. Campinas, n. 1, ago. 1992.

_____. **Pequena introdução ao desenvolvimento**. 2. Ed. São Paulo:Nacional, 1981.

_____. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

MOTA, J. Comunicação e Cultura e as perspectivas latino-americanas. **Revista Eletronica Internacional de Economia Política de las Tecnologias de la Informacion y de la Comunicacion**. v.14, n.1, jan-abr/2012. Disponível em: < <http://www.eptic.com.br/site/revista-eptic-online-volume-xiv-numero-1-janeiro-abril-de-2012/> >. Acesso em 23 de Abril. 2013.

POSSAS, M. L. & BALTAR, P. E. A. "Demanda efetiva e dinâmica em Kalecki". In: **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 11, n. 1, p. 107-160, abr. 1981.

RODRIGUEZ, O. **Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.

SAMPAIO Jr., P. A. Furtado e os limites da razão burguesa na periferia do capitalismo. **Revista Economia Ensaios**. Uberlândia, v.22, n.2, nov. 2008 Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/3200/2435>>. Acesso em: 15 Set. 2012.

_____. Os impasses da formação nacional. In: José Luiz Fiori (org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Coletânea. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

_____. Furtado: um economista a serviço da nação. **Economia Política Internacional: Análise Estratégica**. Campinas, n.4, jan./mar. 2005.

SERRA, José (org.). **América Latina: ensaios de interpretação econômica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

TAVARES, M. C.(org). **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

TAVARES, M. C. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1985.

TAVARES, M. C. & SERRA, J. Além da estagnação. In: **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. p. 153-207.